

Os *Anales del Museo Nacional de México*: sua importância histórica para construção da identidade nacional

Ana Carolina Machado
Universidade Estadual de Campinas,
Brasil

Abstract: This article proposes to analyze the *Anales del Museo Nacional de Mexico*, created in 1877 by the National Museum of Mexico, as an instrument of construction of Mexican national identity and history. From the theoretical perspectives of Cultural History, with the discussion of memory and history, the intention is to develop a new idea to the debate on the Mexican political and intellectual context and on the study of the pre-Columbian past for the construction of a national identity. The *Anales* were a magazine that emphasized historical, anthropological, archaeological, botanical and zoological studies of objects belonging to the pre-Hispanic societies. The publication represents an effort by the board of the National Museum of Mexico in making public this material.

Keywords: *Anales del Museo Nacional de México*, national identity, History, Memory, *Museo Nacional de México*, Mexican History

1.

Os *Anales del Museo Nacional de México* tiveram início em 1877, e foram encerrados em 1977, totalizando 100 anos de contribuição intelectual para a análise do passado mexicano. Tal produção ocorreu a partir do esforço de intelectuais como Francisco del Paso y Troncoso, Gumesindo Mendoza, Alfredo Chavero, José María Vigil, Manuel Orozco y Berra, Joaquín García Icazbalceta, Cecilio Robelo, Manuel Garrio, entre outros, de construir um alicerce para o estudo do passado mexicano. A intenção desse artigo é discutir a importância dessa documentação para se entender a relação entre Estado e intelectualidade no esforço de criarem as bases da História e Memória mexicanas.

Em janeiro 1877, essa relação entre editores dos *Anales*, diretoria do *Museo Nacional do México* e governo fica mais estreita, quando o próprio Porfírio Díaz¹ autorizou o financiamento da impressão, caracterizando-a como gastos para instrução pública, 'Debido a los acontecimientos históricos que se sucedieron, poco más pudo hacer y poco más se había hasta la llegada de Porfirio Díaz [...], que a todos los efectos fue el auténtico impulsor de esta institución' (García, 2005: 306).

Com o nome *Anales del Museo Nacional de México* foram publicados até 1908, chamados de 1ª época (1877-1903) e 2ª época (1903-1908). De 1909 a 1913, foi lançada a 3ª

¹O governo de Porfírio Díaz, o *Porfiriato*, ocorreu entre 1877 e 1911, mas não foi contínuo. Entre 1880-1884 o presidente foi Manuel González, que manteve a mesma estrutura e recebia auxílio de Díaz, que se manteve como governador de Oaxaca.

época, intitulada *Anales del Museo Nacional de Arqueología, Historia y Etnografía*². Devido à Revolução e às turbulências políticas que o país enfrentava, a 4ª época começou somente em 1922, e terminou em 1933. As 5ª, 6ª e 7ª épocas, de 1934 a 1976, foram chamadas de *Anales del Instituto Nacional de Antropología e Historia*, por conta da fundação do instituto homônimo em 1934³. O último volume foi publicado em 1977, como *Anales de Arqueología e História*.

A primeira época tocou temas relacionados à história, arqueologia, tradução e interpretação de códices, tratados de idolatrias, filologia, paleontologia, antropologia e estudos artísticos e estéticos das peças do *Museo*. A segunda época também enfatizou essa temática, o que reflete o interesse intelectual do período em se desvendar o passado pré-hispânico.

Nos primeiros números percebe-se a influência positivista oitocentista na busca de documentos inéditos que ditariam os fatos da história americana. Porém, esses intelectuais mexicanos não só publicavam fontes documentais, mas também as interpretavam a partir de diversos vieses analíticos. Isso já é visível dentro do tomo I de 1877, onde o autor Gumesindo Mendoza (1877) elaborou um estudo filológico e linguístico comparando o *náhuatl* com o sânscrito, o grego e o latim e justifica tal estudo com a ideia de uma mesma origem das línguas vernáculas asiáticas e europeias. Uma clara tentativa de se encontrar elementos universalizantes dentro de culturas tão díspares como que, no fundo, dissesse: *nós* (civilizações americanas) não somos tão o *outro*. Diz:

[...] los filólogos de grande autoridad por sus estudios muy severos en las lenguas indo-europeas, han llegado á concluir, que todos ellos, [...] han provenido de la lengua de los Brahmas; lengua la más rica y armoniosa, y en la que se han expresado y escrito las más altas y grandes concepciones del pensamiento humano en religión, en derecho, en filosofía [...]. Los filólogos de nuestro Continente, [...] han comenzado á trabajar en el mismo sentido que los Europeos [...] (Mendoza, 1877: 76)

Apontar que todas as línguas conhecidas vieram de uma mesma matriz significa alçar o *náhuatl* ao patamar dos idiomas indo-europeus. Era um discurso que legitimava a importância da cultura pré-hispânica e colonial, era a aproximação acadêmica entre Europa e América.

O olhar editorial foi se modificando ao longo das décadas. Cada vez mais o foco se direcionou à análise das documentações publicadas, realizando uma espécie de revisionismo histórico dos primeiros artigos da revista, discutindo, portanto, a própria ideia de História. Os *Anales* tornaram-se um dos mais importantes veículos da História oficial mexicana, produzida e autenticada pela elite intelectual do país.

No tomo VI dos *Anales*, por exemplo, encontram-se autores que relataram casos de idolatria e suas ramificações em variadas partes da colônia

Muchas de las preocupaciones y actitudes expresadas en el *Informe*, el cual se centra en la difícil empresa de extirpar las antiguas prácticas idolátricas en la península de

²Em 1909 foi criado o Departamento de História Natural, um braço independente do museu. Assim, os *Anales* deixaram de publicar estudos sobre História Natural.

³Com a divisão do *Museo Nacional* entre *Museo Nacional de Antropología e Museo Nacional de História*, o nome da revista foi atrelado ao *Instituto Nacional de Antropología y História* (INAH), pois o departamento de estudos arqueológicos, a direção de monumentos pré-hispânicos e coloniais e a Escola Nacional de Antropología passaram a atuar sob sua jurisdição.

Yucatán, encontram eco em várias fontes de outras áreas do Novo Mundo, tanto do século XVI como do XVII: do altiplano de México em as obras de Durán (1576-1579), Sahagún (ca. 1579), Mendieta (1596) y otros; de Oaxaca em as de Balsalobre (1654) y De la Serna (1656); em la de Ruíz de Alarcón (1629) de Atenango, Guerrero, como también del Perú em as obras de Acosta (1588) y Arriaga (1621), principalmente. (Gubler, 2007: 109)

A preocupação com as idolatrias em território colonial não era isolada e cada um desses religiosos escreveu tratados e manuais sobre quais condutas adotar e o que fazer nesse período de crise. Há semelhanças nas superstições relatadas, os indígenas mantinham ídolos, vícios, o desrespeito com a doutrina cristã, que já era ensinada há quase meio século. Há, também, semelhanças no tom desesperançoso dos religiosos, incrédulos com a manutenção das práticas e superstições não aprovadas pela Igreja. É aqui que se aplica a noção de pertencimento e sua distorção por meio da visão institucional: ser novohispano significava ser súdito real e cristão. Não havia outra possibilidade aos olhos da Coroa e da Igreja. Para a monarquia dos Áustrias, a Igreja e o Estado compartilhavam da mesma moral, que deveria ser repassada aos nativos. Aqueles que exerciam o poder oficial imprimiam sua autoridade perante o povo colonizado.

2.

A origem do *Museo Nacional de México*⁴ remete à década de 1790, com a criação da *Real Expedición Botánica a la Nueva España* em conjunto com a *Real Expedición Anticuaria a la Nueva España*, que possuía um braço chamado *Junta de Antigüedades*. Nessas viagens exploratórias, vários objetos de sociedades pré-hispânicas foram coletados e enviados para a Universidade⁵, o local mais adequado para o armazenamento. Luis Gerardo Morales Moreno (1994) fala sobre uma *censura estética* em relação às peças naquela época, sobretudo o *Coatlicue*, o Calendário Asteca, o que indicava '[...] la desvinculación real, por parte de las autoridades eclesiásticas y civiles con el pasado indígena prehispánico' (Morales Moreno, 1994: 36). O estudo das antiguidades, segundo o autor, só teve apoio em 1825, em um acordo promovido pelo presidente Guadalupe Victoria⁶ e conduzido pelo ministro das Relações Exteriores Lucas Alamán, para que '[...] con las antigüedades que [...] existen en esta capital se forme un Museo Nacional [...]' (García, 2005: 305).

O museu foi firmado como figura jurídica e legitimado pelo governo com o decreto de 21 de novembro de 1831, assinado pelo presidente Anastacio Bustamante⁷, que outorgava a concessão patrimonial sobre os bens culturais encontrados em território

⁴A partir de 1940, o acervo do antigo *Museo Nacional* foi enviado a novas instituições. Foram essas: *Museo Nacional de História* (1944); *Museo Nacional del Virreinato* (1964); *Museo Nacional de Antropología* (1964); *Museo Nacional de las Culturas* (1965) e o *Museo Nacional de las Intervenciones* (1981).

⁵A *Real y Pontificia Universidad de México* foi criada em 23 de setembro de 1551, uma das mais antigas da América. Lá foram abrigadas as peças que viriam a formar o *Museo Nacional*, e hoje fazem parte do acervo do *Museo Nacional de Antropología*. Foi desmembrada em 1910, com a criação da *Universidad Nacional Autónoma de México*, e, em 1982, criou-se a *Universidad Pontificia de México*.

⁶Guadalupe Victoria foi o primeiro presidente da República Federal Mexicana, com mandato de 1824-1829. Seu nome era pseudônimo de José Miguel Ramón Adaucto Fernández y Félix, criado a partir de dois elementos simbólicos: Nossa Senhora de Guadalupe, a protetora dos insurgentes e a vitória dos movimentos de independência.

⁷Trinidad Anastacio de Sales Ruiz Bustamante y Oseguera governou o país em três oportunidades: de 1830-1832 como parte de uma Junta Provisória; em 1837-1839 e em 1839-1841.

mexicano. Vale ressaltar que, desde 16 de novembro de 1827, a alfândega marítima e territorial proibia a exportação de antiguidades, demonstrando a preocupação em manter no país objetos significativos da história mexicana. Porém, foi a partir da década de 1860, quando o imperador Maximiliano I⁸ considerou a *Casa de Moneda* como um local apropriado para a exposição das peças, que se discutiu a importância do museu como instrumento de educação pública, onde eram reunidos objetos de ‘utilidad y lustre nacional’ (Morales Moreno, 1994: 37). Depois, nos governos de Benito Juárez⁹, Sebastián Lerdo de Tejada¹⁰ e Porfirio Díaz, houve apenas uma transição de armazenamento dos objetos para uma conservação pensada e estudada.

As peças museológicas conservam a memória cultural do povo e o museu representa os ideais pelos quais são designados determinados valores a esses bens, ou seja, evidencia as ações que convergiram ao *status* do acervo como representante cultural daquela população. O valor de representante cultural que é atribuído a uma coleção é um dado artificial baseado em variados aspectos, e culmina na intenção do momento.

O *Museo Nacional* foi um exemplo da importância do nacionalismo cultural mexicano para o fortalecimento do Estado-nação (Morales Moreno, 1994: 24). Os intelectuais tinham papel fundamental na consolidação da instituição como local de legitimação cultural, pois transformavam determinados mitos, símbolos e conceitos em *nacionais*. Compreende-se que elementos culturais pertencentes a civilizações díspares como a mesoamericana ou a novohispana ganhavam a alcunha de *aglutinadores* culturais. O que não significa uma homogeneidade social a partir de noções culturais consideradas nacionais, mas era parte da gênese do Estado-nação encontrar um denominador comum para uma recém-nascida sociedade independente. Esse controle da imagem e o seu significado para as massas não se restringia a ações museológicas. Serge Gruzinski (2006) cita a utilização da Virgem de Guadalupe como símbolo protetor dos insurretos durante as guerras de independência, que a classe política manteve após a liberdade. A Virgem se tornou emblema e marco oficial do novo governo até 1873, quando houve a separação entre Estado e Igreja. Contudo, sua força simbólica com as massas ainda é conservada (Gruzinski, 2006: 288-290).

O *Museo* não foi apenas responsável pela conservação e disposição do acervo, pois desenvolveu estudos e aulas técnicas de variadas áreas das humanidades e biológicas, e se tornou o maior centro de pesquisas históricas, antropológicas e arqueológicas do país. Entre 1867 e 1887, o *Museo Nacional* passou a adotar uma concepção educativa positivista (Morales Moreno, 1994: 38-39), e é nesse período que a educação patriótica era política pública para o estabelecimento do sentimento de nação. Os *Anales* são importantes para o estudo da construção da identidade nacional como projeto político devido a dois pontos principais: primeiro por terem reunido um grande número de intelectuais, conservadores e liberais, que buscavam interpretar o passado mexicano; e por estarem atrelados a uma instituição que obtinha auxílio do governo federal e que era parte da estruturação programada pelo mesmo.

Jesús Sánchez (1887), biólogo e pesquisador, começou seu ‘Informe al Secretario de Justicia e instrucción publica’, encontrado no Tomo IV, de 1887, dos *Anales*, com a seguinte declaração : ‘Desde el día en que el Supremo Gobierno me honró, confiando á mi incapacidad la direccion del Museo Nacional [...]’ (Sánchez, 1887: 03). Fica clara sua

⁸Foi de 1864-1867, o primeiro e único imperador do Segundo Império Mexicano.

⁹Foi presidente entre 1858-1861 como interino, e depois entre 1867-1872.

¹⁰Lerdo de Tejada governou de 1872-1876.

nomeação para Diretor da instituição pelo governo federal, demonstrando uma aliança que ultrapassava o nível ideológico e alçava o político. Ele continuou:

1º. Procuré adquirir varios objetos antiguos de inestimable valor para nuestra historia [...]. Este tesoro dará tal vez más tarde resultados prácticos, pues la descifracion de los geróglifos esculpidos en esas piedras revelarán episodios desconocidos del mundo antiguo, confirmarán hechos que hoy se tienen por dudosos, ó rectificarán otros que pasan como la expresion de la verdad histórica. (Sánchez, 1887: 03)

Dessa forma, descreveu as diretrizes que o *Museo* seguiria em sua administração. Observa-se que os objetos pertencentes às sociedades pré-hispânicas, de valor inestimável, representavam uma aprendizagem sobre as próprias origens, a expressão da *verdade histórica*. O *Informe* continuou:

2º. Si las naciones cultas como Alemania, Francia, Inglaterra, Italia y los Estados Unidos, gastan sumas de cuantía en la adquisición y estudio de las antigüedades de Egipto, Grecia, China, México, etc., es justo que nosotros demos la importancia que las nuestras se merecen, y por esto que la protección que el Gobierno dispensa al Museo, será siempre estimada en lo que vale, por toda persona ilustrada amante del progreso de este país. (Sánchez, 1887: 03)

Vê-se a comparação legitimadora entre o Novo e o Velho Mundo, as influências dos pensamentos europeus e norte-americanos na maneira de pensar o papel do museu como propagador e alicerce da memória do país. Sanchez ressaltava a história mexicana como merecedora de atenção e reconhecimento como as sociedades egípcias, gregas ou chinesas, que recheavam os museus da Europa. É um discurso político para validar suas origens como importantes, dignas de estudo e de memória. Além disso, falava do lugar de um intelectual *ilustrado*, amante do progresso do país, e que conseguiria entender, assim como seus iguais, os esforços em se reavivar uma memória *mexicana* visando o desenvolvimento da sociedade.

No fim do *Informe* ele definiu os objetivos da instituição e apresentou as ideias basilares para a representatividade da instituição. O museu se auto intitulava uma *escuela popular* (Sánchez, 1887: 04) no sentido de transmissor de saber, indispensável para o desenvolvimento crítico do cidadão, ou seja, um instrumento condutor da história do México. A intenção de Sanchez era delimitar as políticas que seriam seguidas com a exposição da coleção permanente na *Casa de Moneda* e com a divulgação dos estudos da revista. No 'Prologo a los Anales del Museo', Gumesindo Mendoza (1877) corroborou a visão de Sánchez e, ao apresentar a publicação, afirmou:

Las columnas de esta publicación quedan abiertas para todo el que tenga algo que descifrar, algo que decir útil acerca de tantos y tantos objetos naturales que abundan en nuestro país. El gobierno general que han fundado este útil establecimiento ha comprendido que al fundarlo, fue su objeto vulgarizar los conocimientos científicos y difundirlos entre todas las clases sociales de nuestra sociedad. Por tanto, el gobierno actual apoya y fomenta los trabajos comprendidos en este sentido. (Mendoza, 1877: s/p)

O governo como financiador e apoiador do projeto tinha por objetivo alcançar todas as classes sociais, ou seja, a instituição aparece como um dos braços que alicerçaram a identidade nacional mexicana.

3.

Hira Gortari de Rabiela (1982) diz que a transformação do México em uma *nação* não se deu no ato da independência. Foi necessário um período formativo e de estabelecimento das bases para a unificação, que só teria ocorrido no final do século XIX. Fatores como as ameaças ao controle e unidade territorial e as diferenças culturais dentro do novo país foram apontados como obstáculos para a integração, que só teria ocorrido nos períodos da República restaurada (1867-1876) e no Porfiriato (1877-1910) (De Gortari Rabiela, 1982: 263).

No início do século XIX, com a instabilidade econômica, social e política, o México sofreu perda de parte do território para os Estados Unidos em 1846 e 1848, seguidos de uma intervenção estrangeira materializada pelo império de Maximiliano I entre 1862 e 1867. Assim, houve uma polarização política no país entre liberais e conservadores, sendo que aqueles acabaram fortalecidos com as lutas contra as invasões norte-americanas e francesas (De Gortari Rabiela, 1982: 268).

Segundo o autor, no governo Benito Juárez (1867-1872)¹¹, as *Leyes de Reforma* diminuíram o poder econômico da Igreja e instituíram o ensino laico¹². A República Restaurada estabeleceu as diretrizes para organizar o país e procurou centralizar o poder por meio do controle territorial e do fortalecimento do poder executivo (De Gortari Rabiela, 1982: 272).

Enrique Florescano (2005), por sua vez, diz que a materialização do sentido de nação, com os calendários cívicos, a pintura histórica e os monumentos públicos, era uma maneira de se construir e legitimar a ideia de identidade nacional (Florescano, 2005: 156). As publicações oficiais, como os *Anales*, eram a manifestação e endossamento de uma história oficial, base para a edificação da identidade coletiva.

En 1877 se inicia la publicación de los Anales del Museo Nacional, revista que propició el estudio de la arqueología, la historia, las lenguas, las etnias y el arte de los pueblos indígenas. Con ese ambiente favorable se publicaron las primeras obras modernas acerca de la historia más antigua. (Florescano, 2005: 161-162)

O ambiente favorável se refere tanto ao viés intelectual, com pensadores que se dedicaram aos estudos sobre o passado pré-colonial e colonial, como à estabilidade e incentivos políticos que se iniciaram no segundo mandato de Juárez, mas que se consolidaram no Porfiriato (Florescano, 2005: 178). No governo de Díaz, a conquista de

¹¹Benito Juárez assumiu interinamente a presidência do México em 1858, mas não foi reconhecido pelos conservadores, que elegeram Félix María Zuloaga (1813-1898). Como houve o segundo período imperial, primeiro com a regência de 1863-1864 e depois com a posse de Maximiliano I (1864-1867), considera-se que o mandato juarista de 1867 a 1872 foi o período de consolidação das políticas públicas que já eram discutidas desde 1858 e com a Constituição de 1857.

¹² A centralização política e o estabelecimento das diretrizes educacionais públicas ocorreram a partir do governo de Benito Juárez. Para tanto, diz: 'El gobierno que conoce la importancia de la instrucción pública, la influencia poderosa que ejerce en la moralidad e ideales sociales, está revuelto a darle todo el impulso que las necesidades del Estado demanden' (De Gortari Rabiela, 1982: 272).

líderes regionais, os ouvindo e os inserindo no cenário político fez com que o movimento liberal crescesse no país, assim como a ideia de *paz porfiriana* (Thomson, 1991: 265). Portanto, neste período de estabilidade política, houve um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma história pátria, oficial. Florescano (2005) exemplifica a força do Estado a partir dos festejos de 1910, grandiosos e com aval estatal (Florescano, 2005: 174).

A legislação outorgada no governo juarista, com o início de uma maior estabilidade política, econômica e social, instituíram as bases para o período porfirista. Desse modo, o desenvolvimento de uma história nacional oficial, com as práticas civis e celebratórias, com a promulgação de festas e inaugurações de monumentos públicos, foi possível a partir de todo o trabalho realizado pelo governo de Juárez.

Em 1910, ocorreram as comemorações pela independência com celebrações e inaugurações de monumentos. Annick Lempérière (1995) diz que esse período marcou o esgotamento do regime Porfirista e a sua concepção de nação e História. (Lempérière, 1995: 317). A autora justifica que há uma mudança sensível nas modalidades da memória tanto nos oitocentos quanto depois da Revolução, e esse *cambio* é sentido nos *Anales*. Se no porfiriato a memória estava ligada à construção e exaltação de um discurso político e histórico, utilizando o passado para consolidar o poder, na Revolução houve uma mudança. A memória autoritária do governo de Díaz deu lugar a uma nova abordagem que abrangeria também os discursos cultural, antropológico e arqueológico (Lempérière, 1995: 319). Na própria edição da revista, até a terceira época, havia uma abundância de artigos históricos e compilações documentais sobre os povos mesoamericanos. Os estudos de zoologia e botânica eram destaque nessas publicações. Quando faziam algum tipo de análise interpretativa, percebia-se uma clara tentativa universalizante, de procurar denominadores comuns com outras culturas, sobretudo as europeias. Em 1910, por exemplo, com a direção de Genaro García, artigos sobre os movimentos insurretos de 1810 passaram a ser enfatizados.

Em 1909, com o primeiro tomo sob sua coordenação, o artigo de Elías Amador (1909) sobre o clero na independência mexicana abriu as portas para uma mudança epistemológica dentro da revista. 'El clero mexicano en la revolución de la Independencia', destaca a *terrible y sangrienta* primeira luta insurgente na então colônia, e o papel fundamental dos sacerdotes nesse episódio. Personagens como Primo Verdad y Ramos, Azcárate, Cristo, García Obeso, Michelena, Allende aparecem como defensores da liberdade, 'poseídos de acendrado patriotismo y ardiente amor á la libertad' (Amador, 1909: 177). Havia naquele início do século XX uma nova preocupação com a construção da memória e com quais fatos e momentos esta deveria ser construída. Se no porfiriato havia um positivismo fortemente inspirado na tradição francesa, com intelectuais resgatando peças das civilizações indígenas e construindo museus para mostra-las ao público, em 1909 houve uma mudança de perspectiva. Era o resgate dos insurretos e a vontade de destrinçar essa parte da história mexicana que ficou calada durante quase um século. Assim como a historiadora francesa destaca as diferenças entre as comemorações de 1910 e 1921, por aquela ainda representar as ideias porfiristas e esta trazer as marcas da Revolução, os *Anales* também demonstram as disputas de poder acerca da intelectualidade.

4.

No século XIX, os intelectuais passaram a repensar a história mexicana, inserindo as sociedades indígenas como representantes dignas de uma civilização, até mesmo para os padrões europeus. O processo de ressignificação não corresponde apenas à necessidade de

se entender o *outro* a partir dos próprios preceitos, mas de aceitar uma história que teria um passado heroico e honroso, e se desligar daquela visão de um povo bárbaro e selvagem. Nos oitocentos, com as guerras de independência, governos instituídos e depostos, o que se buscava era um novo denominador comum.

Ao se estudar o projeto de nascimento de uma identidade nacional, do sentimento de coesão de uma sociedade que se desenvolve em um determinado limite geográfico, várias vias podem ser seguidas. Jesús Rodríguez Zepeda (2003) discute sobre não extrapolar uma ideia de consciência nacional contemporânea ao passado, pois tal prática é infundada, tanto pela própria epistemologia científica quanto pela história crítica. Não existem nações milenares, ainda que quase qualquer comunidade humana se sinta tentada pela crença de possuir o reflexo de sua imagem prolongado até a pré-história (Rodríguez Zepeda, 2003: 562). Além disso, acredita que não existe um sujeito-nação único, homogêneo, sem fissuras.

Para Francisco Colom González (2003), foi durante o século XIX, entre 1810 e 1910, que houve o rompimento da organização estamental vigente que havia se iniciado na conquista, que unificou grupos indígenas a partir de um ideal externo e explorador. Para a metrópole, todas as sociedades eram vistas da mesma maneira: índio em território espanhol. Dificilmente o continente americano conseguiria se emancipar e construir uma nação ao mesmo tempo, pois as referências nacionais sempre tiveram que competir com a imaginação política de seus intelectuais com outros discursos de dimensão continental (pan-americanismo) e estrangeiros (Europa) (Colom González, 2003: 316). A própria produção publicada nos *Anales* é um exemplo das difusas linhas de pensamento encontradas entre os intelectuais liberais e conservadores.

Uma sociedade heterogênea é construída a partir de uma identidade coletiva cultural, na qual o imaginário político (identidade política) e os valores culturais como língua, sangue, religião, seriam o amálgama. (Guerra, 2003: 186). Benedict Anderson (2008) enxerga as nações como comunidades imaginadas e os nacionalismos deveriam ser analisados em suas historicidades, tendo em vista que integravam sistemas culturais que o precediam, além disso, teriam surgido para combatê-los (Anderson, 2008: 39-40). Ou seja, eram produtos políticos e culturais complexos, com simbologias que definiam um contexto, mas que também se modificavam. O autor define um conceito maleável no seu significado e prática, que se transformava ao longo do tempo. Para François-Xavier Guerra (2003), as identidades nacionais eram necessárias para que o sentido de *nação* abarcasse toda a população. Elementos como, a maneira de conceber o vínculo entre pessoas em um grupo, a extensão e territorialidade do mesmo, o modo de se arquitetar as suas origens, natureza, e os valores que o estruturam, fazem parte do alicerce da identidade nacional (Guerra, 2003: 186).

O processo de separação da metrópole surgiu nas periferias da Nova Espanha, mas foi outorgado pelas elites locais que partilhavam origem ibérica, língua, referências políticas e administrativas, 'Sólo el lugar de nacimiento y las identidades regionales en formación los diferenciaban de los españoles de España' (Guerra, 2003: 187). Mesmo que esses elementos tenham fundamentado a formação de novas nações, é difícil atribuí-los o caráter de uma 'nacionalidade' em essência. Apesar dessas distinções, é inegável, para Guerra, que o nacionalismo mexicano surgiu em uma oposição direta ao domínio europeu, pois as guerras de independência unificaram ideias de ruptura com o regime vigente, em uma comparação que faz com o Antigo Regime e a modernidade revolucionária na Europa.

Para Stephen Morris (1999), a identidade nacional se refere, antes de tudo, a sentimentos subjetivos de pertencimentos e/ou lealdade em uma *comunidade* (Morris, 1999: 364). Os sentimentos de pertencimento estariam ancorados em fatores internos e

externos, que definiriam a noção de indivíduo e grupo. Ou seja, a partir da partilha de elementos como raça, etnia, cultura, religião e linguagem, uma determinada comunidade estaria *unida* pela mesma identificação *nacional*. Esses interesses internos em comum poderiam ser moldados por meio da sua manipulação cognitiva e epistêmica, pois o sentimento de unidade dentro de uma nação recém-criada, como a mexicana, auxiliaria na legitimação do *status* político. É o que Morris chama de políticas nacionalistas, o ato de caracterizar meios identitários compartilhados por um grupo de pessoas como *oficial*, parte do projeto de identificação nacional promovido pelo governo. Por exemplo, a Nova Espanha foi formada a partir de uma definição artificial de fronteira que abarcou e resumiu inúmeras sociedades indígenas em uma colônia. Essa seria a identidade oficial daqueles habitantes, não mais toltecas, mexicas, maias, astecas; eles eram colonos, junto com espanhóis, mestiços, negros e *criollos*. Portanto, no que se refere aos sentimentos subjetivos de pertencimento, o autor diz que no nível institucional eles não eram mais relevantes, mas, obviamente, existiam em suas comunidades.

Apesar de, aos olhos do governo, serem novohispanos, súditos, tanto indígenas, *criollos*, negros, possuíam os próprios sentimentos de pertencimento, mas poderiam se relacionar com aqueles impostos pela Coroa. O elemento idioma, por exemplo, que no âmbito institucional era o espanhol, dava um sentido de união, mas ainda era muito frequente o uso das línguas mesoamericanas. Ou seja, a linguagem seria uma das características *artificiais* instituídas pelo governo, só que era dinâmica e adaptável no âmbito da prática social. Como diz David Brading (1985), '[...] españoles americanos, mestizos y mulatos, compartían una cultura radicalmente diferente, que, española de origen, había adquirido suficientes características locales como para ser mejor definida como simplemente mexicana' (Brading, 1985: 129).

O novo país herdou essa variedade cultural, mas naquele momento eles precisavam de um sentido de unidade que traria uma legitimação não só política, sobretudo social. Morris (1999) define três características principais para se compreender a identidade nacional mexicana:

[the] Mexican national identity contains a wide mix of expressions and components. [...] as: (a) *mestizaje*, with the *mestizo* representing the racial expression of the nation [...]; (b) pride in past Indian civilizations [...]; and (c) a reverence for the Virgin of Guadalupe. (Morris, 1999: 360)

O orgulho no passado indígena foi elemento fundamental na construção do nacionalismo *criollo* de base conservadora. O patriotismo *criollo* enraizou-se com a reapropriação do passado. Uma das vias para se legitimar o discurso foi exaltar as origens astecas, denegrir a Conquista, mostrar ressentimento aos espanhóis e adotar a Virgem de Guadalupe como padroeira (Brading, 1985: 20-27). Encontram-se, assim, definições distintas para os conceitos de: patriotismo, '[...] orgullo que se siente por su pueblo [...]'; e nacionalismo, '[...] expresión de una reacción frente a un desafío extranjero, sea éste cultural, económico o político [...]' (Brading, 1985: 09). Termos que são comumente confundidos, indispensáveis um ao outro, mas com significados e apropriações diferentes. O patriotismo *criollo* e o nacionalismo mexicano foram ciclos que emergiram entre a o período monarca e a Revolução de 1910.

Para Brading (1985), contudo, o resgate do indigenismo mesoamericano e colonial logo após a independência contribuiu para o atraso do desenvolvimento de um nacionalismo *mexicano*, da nação como um todo, não somente *criolla*. Recorda que os insurgentes do

México, ao contrário das outras colônias espanholas na Américas do Sul, perderam a guerra e foram executados. O restante dos movimentos independentistas ficou ilhado, longe dos centros de poder. De 1821 até 1853, período comumente chamado de Nova República, a administração alternava-se entre militares, liberais e conservadores sem uma forma política ordenada. Ou seja, era uma situação de comando confuso que não abarcava todo o território, pois nas províncias a atuação política central pouco tinha efeito. Brading (1985) discute que os ideólogos liberais argumentavam que o México não funcionava devido ao turbulento contexto político.

Essa utopia social e política enraizada no modelo iluminista europeu de Estado laico e progressista não funcionaram naquele México pós-colonial com problemas estruturais, com a economia em frangalhos e uma sociedade fortemente marcada pela hierarquização. Em matéria de identificação, a elite *criolla*, assim como os insurgentes, condenavam a colonização espanhola na América e exaltavam o passado indígena como o início de uma civilização *mexicana*. Muito se discute da ligação dos *criollos*¹³ com referenciais europeus. Na transição da monarquia para a república, discorre-se sobre a busca de modelos governamentais com as revoluções burguesas e no liberalismo clássico, ou mesmo do constitucionalismo norte-americano (De la Serna, 2007: 23).

E no que isso se relacionava com os *Anales*, uma publicação de estudos sobre o passado mexicano? Apesar da ordem política tender ao liberalismo, Brading discorre que o conservadorismo no México era inerente à classe política. Um exemplo foi o estadista e historiador Lucas Alamán¹⁴, que encaminhou a legitimação jurídica do *Museo Nacional*, em 1824. Publicou cinco volumes da *Historia de Méjico*, entre 1849 e 1852, nos quais '[...] completaba su reivindicación de la Colonia con una evaluación magisterial, nostálgica da era borbona [...] buscaba hacer la Colonia, Nueva España, el verdadero y único pasado mexicano aceptable' (Brading, 1985: 111).

Dentro dessa complexa, binária e paradoxal política nacionalista mexicana Brading discorre sobre uma terceira via na compreensão da identidade. Seria uma espécie de imbricação de conservadores e liberais, exemplificada e personificada por Carlos María Bustamante,

¹³ Apesar de se relacionarem com aspectos culturais europeus, paradoxalmente os *criollos* sofreram uma marginalização política desde o século XVI. Os argumentos cientificistas circundavam a questão da inferioridade moral e física dos americanos. O ato de rever o passado e exaltar suas riquezas significava reivindicar sua própria natureza humana e mostrar que eram uma sociedade tão legítima quanto a europeia (De la Serna, 2007: 24). Os descendentes dos conquistadores queriam seus direitos naturais reconhecidos. O descontentamento dos *criollos* residia em não receberem a mesma atenção por parte da administração colonial do que os espanhóis designados ao trabalho na colônia, mantendo o pacto metropolitano. A revolta contra o sistema estava mais atrelada a esse esquecimento deliberado do que qualquer sentimento nostálgico ou de justiça em relação ao passado indígena. Era como reivindicassem serem tão dignos quanto os espanhóis, só que nascidos nas Índias. O projeto nacionalista *criollo* conectava-se com os fortes ideais de independência que surgiam já no final do século XVIII. A nobreza *criolla* manteve intacta o seu poder, fortuna e prestígio mesmo após a ruptura política. Renunciaram ao título, símbolo do poder da monarquia, e graças ao sistema patriarcal, a sua legitimidade como elite social e cultural não foi abalada, pelo contrário, mantiveram sua autoridade e se desenvolveram economicamente na república (De la Serna, 2007: 22). Muitas famílias queriam a liberdade do pacto colonial por possuírem aspirações políticas mais autônomas, sem estarem à margem dos desejos e intentos da metrópole. Ou seja, a partir de 1821, mesmo o país estando livre do domínio espanhol, os valores tradicionais seguiam articulados devido à manutenção das elites intelectuais no poder, com seus privilégios e influência.

¹⁴ Lucas Ignacio José Joaquín Pedro de Alcántara Juan Bautista Francisco de Paula Alamán y Escalada foi um político e historiador mexicano que ocupou diversos cargos nos governos da Primeira República. No período de outorga do decreto era ministro das *Relaciones Interiores y Exteriores*, cargo que teve um papel fundamental nas negociações para a repatriação de peças pré-colombianas que estavam no exterior.

[...] cuya mezcla de conservadurismo católico y de republicanismo patriótico escapaba a su clasificación [...]. En gran parte gracias a sus esfuerzos, el indigenismo no histórico del periodo insurgente sobrevivió para convertirse en parte integral de la mitología nacional. (Brading, 1985: 115-116)

Historiador, católico e republicano, Bustamante publicou em 1805 o *Diario de México*, uma série de artigos sobre a história indígena mexicana e se mostrava favorável à independência. Partindo de nomes como Clavijero e Fernando Alba Ixtlixóchitl, foi pioneiro no processo de construção dos heróis nacionais da pátria e do resgate do passado como legitimador do sentido de *mexicano*. O passado indígena deixou de ser um 'sentimento' de orgulho que residia no campo das sensações para se tornar fonte documental para o estudo da nação mexicana, os próprios *Anales* eram uma prova disso. A História foi fundamental para o desenvolvimento do sentido de nação planejado pelo governo do México.

5.

Qualquer esforço oficial de construir uma identidade e História Oficial não seria validado sem a participação da população. A construção de uma '*memória coletiva*, como definiu Maurice Halbwachs (1990),¹⁵ era condição primordial para o sucesso da empreitada. Para o sociólogo, a memória humana é construída a partir das interações sociais, refutando uma essencialidade dos fatos como reais, ou seja, lida com o pressuposto de um passado maleável, reconstruído, vivido e experimentado por uma sociedade para daí se formar a memória coletiva. Ela é tecida, sobretudo, a partir de memórias individuais que se entrelaçam nas suas semelhanças: '[...] se a nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão [...] será maior [...]' (Halbwachs, 1990: 25).

A ideia desenvolvida por Halbwachs nas décadas de 1920 e 1930 foi retomada por Pierre Nora¹⁶. A memória da população (coletiva) seria definida e enfatizada por locais materiais ou imateriais, chamados *lugares da memória*. Estes seriam a união de monumentos, aparatos arquitetônicos, a própria bandeira, etc., como a *memória oficial*, adicionada das tradições orais, pensamentos, lembranças familiares. A partir do sentido de lugares simbólicos da nação francesa, o autor discorreu sobre a recuperação de conteúdos do passado como instrumento catalisador da memória coletiva.

No século XIX, a História sofreu um processo de aceleração que produziu uma nova dimensão temporal, com transformações velozes que logo tornaram o passado obsoleto, quase que ininteligível. Segundo François Hartog (2014), essa situação atingiu também a relação identitária com o passado, pois este teria se tornado *terra estrangeira* (Hartog, 2014: 162).

A relação entre História e Memória de dava por meio do conflito. Aquela é destrutiva por natureza e paradoxal desde o significado do seu próprio termo. Quando se pensa em *História* pode ser tanto o produto do trabalho dos historiadores quanto aquilo que aconteceu. Nora (1993) diz que é a experiência que é retida pela memória, e é *operação intelectual*, aquilo que foi possível recolher e analisar do vivido. Ambas eram, portanto,

¹⁵ Além da famosa obra *A Memória Coletiva*, publicada postumamente na década de 1950, o sociólogo francês também publicou *Os quadros sociais da memória*, em 1925, na qual continua esse tema.

¹⁶ *Les Lieux de mémoire*, sua obra célebre, foi publicada em três tomos: 1. *La République*, com um volume, de 1984; 2. *La Nation*, com três volumes, em 1987; e 3. *Les France*, também com três volumes, em 1992.

complementares e não opostas, ele não rompe a importância que uma tem para a outra, e sim, ressalta a necessidade de uni-las para se entender o trabalho historiográfico.

Assim, cria uma quebra com a ideia de passado, presente e futuro, um esgarçamento do sentido de memória e história, que estariam diretamente ligadas ao presente, não apenas ao que passou. O passado não é reconstruído, ele está no seu local. Segundo Nora, a memória é individual/coletivo, vívido, mas produto do presente, assim como a história. Ele refuta o argumento cientificista e positivista se munindo das discussões sobre o papel da memória para problematizar a história nacional francesa.

Ou seja, as origens pré-hispânicas do México, o resgate desse passado que poderia ser moldado, eram elementos importantes, os chamados *lugares da memória*, a união de monumentos, aparatos arquitetônicos, a própria bandeira, transformada em *memória oficial*, adicionada das tradições orais, pensamentos, lembranças familiares. Os *Anales* foram criados como uma maneira de se expandir os conhecimentos acerca da história pré-colonial, àquela dos grandes impérios indígenas. Essa parte da memória vivida foi deliberadamente escolhida para representar um elemento comum.

O trabalho dos intelectuais editores da revista foi o da *operação historiográfica*, ao enfatizarem alguns aspectos do seu passado e, por consequência, silenciar outros. Porém, essa construção se dá a partir de um local e, nesse caso, é a memória (oral ou mesmo material) mantida pela tradição de uma população majoritariamente indígena. A escolha da Virgem de Guadalupe (uma santa que teve sua origem ligada a uma visão de um nativo) como padroeira dos insurgentes e do futuro país, não é inócua. A sua importância para o povo não poderia ser subestimada, e o mesmo ocorreu com esse resgate do passado pré-colombiano. Se durante a conquista e a colonização houve a tentativa de se reestruturar todo um território imprimindo estilos políticos, culturais e sociais externos, no século XIX independente, a razão era buscar nos lugares de memória anteriores à Hernán Cortés, àqueles *genuinamente* mexicanos, os exemplos para a construção da nação.

Referências

- Amador, E. (1909) 'El clero mexicano en la revolución de la Independencia'. *Anales del Museo Nacional de México* 2(6): 177-232.
- Anderson, B. (2008) *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brading, D. (1985) *Los orígenes del nacionalismo mexicano*. México: Era.
- Colom González, F. (2003) 'La imaginación nacional en América Latina.' *Historia Mexicana* 53(2): 313-339.
- De Gortari Rabiela, H. (1982) 'La política en la formación del Estado Nacional'. *Revista Mexicana de Sociología* 44(1): 263-284.
- De la Serna, J. R (2007) 'El paraíso y el infierno: remotos orígenes del discurso nacional', in N. Giron (ed.) *La construcción del discurso nacional en México, un anhelo persistente, siglos XIX y XX*. México: Instituto Mora, 21-35.
- Florescano, E. (2005) 'Patria y nación en la época de Porfirio Díaz'. *Signos Históricos* 13: 152-157.
- García, J. (2005) 'La confirmación de la Antropología como disciplina científica, el Museo Nacional de México y los congresos internacionales de Americanistas'. *Revista de Indias* LXV(234): 303-318.

- Gruzinski, S. (2006) *A Guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gubler, R. (2007) 'El Informe contra Indolorum Cultores del Obispado de Yucatán'. *Estudios de Cultura Maya* 30: 107-138.
- Guerra, F. (2003) 'Las mutaciones de la identidad en la América hispánica', in A. Annino & F. Guerra (eds.) *Inventando la nación*. México: FCE, 185-220.
- Halbwachs, M. (1990) *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Hartog, F. (2014) *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lempérière, A. (1995) 'Los dos centenarios de la independencia mexicana (1910-1921): de la Historia patria a la Antropología cultural'. *Historia Mexicana* XLV(2): 317-352.
- Mendoza, G. (1877) 'Prólogo a los Anales del Museo'. *Anales del Museo Nacional de México* 1(1).
- Morales, M. L. G. (1994) *Orígenes de la museología mexicana: fuentes para el estudio histórico del Museo Nacional, 1780-1940*. México: Universidad Iberoamericana.
- Morris, S. D. (1999) 'Reforming the Nation: Mexican Nationalism in Context'. *Journal of Latin American Studies* 31(2): 363-397.
- Nora, P. (1993) 'Entre memória e história: a problemática dos lugares'. *Projeto História* 10: 7-28.
- Rodríguez Zepeda, J. (2003) 'El mito de la nación y otros abusos'. *Historia Mexicana* LIII(2): 559-568.
- Sánchez, J. (1887) 'Reseña História del Museo Nacional de México'. *Anales del Museo Nacional de México* 1(IV): 1-2.
- Thomson, G. (1991) 'Popular Aspects of Liberalism in Mexico, 1848-1888'. *Bulletin of Latin American Research* 10(3): 121-152.